

O PAPEL DO CLERO E DO LAICATO CATÓLICO NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (1959)

The role of the clergy and of the catholic layman to the project of constitution of Catholic University of Parana (1959)

Névio de Campos¹

RESUMO

O presente artigo analisa o processo de constituição da Universidade Católica do Paraná (UCP), enfatizando o problema do ensino superior entre os intelectuais paranaenses. A educação e o ensino superior constituem aspectos fundamentais da intervenção político-pastoral da Igreja Católica no Brasil e no Paraná. A criação de escolas e a fundação de instituições de Ensino Superior e de centros culturais materializam a ação da Igreja. A forte presença da Igreja Católica no Ensino Secundário e no Ensino Superior constitui a estratégia de formar as elites intelectuais e políticas do Brasil e do Paraná. Em Curitiba, o Instituto Santa Maria (1925), o Círculo de Estudos Bandeirantes (1929), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1938), a Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba (1950) e a Universidade Católica do Paraná (1959) foram estabelecidos com o objetivo de formar as novas gerações (lideranças intelectuais e políticas), assim como aglutinar os intelectuais e políticos que ocupavam as esferas públicas para servir ao projeto da Igreja Católica.

Palavras-chave: História. Intelectuais. Universidade. Igreja Católica.

ABSTRACT

The present article analyzes the process involved in the constitution of the Catholic University of Parana (UCP), placing special emphasis on the problem of higher education among the Brazilian and Parana catholic intellectuals. Education as well as higher education are fundamental aspects in the political and pastoral intervention of the Catholic Church in Brazil and in Parana. The building of schools, founding institutions of Higher Education in addition to cultural centers, are all acts of the Church. The strong presence of the Catholic Church in Secondary and Higher Education is the strategy in forming the intellectual and political élites in Brazil and Parana. In Curitiba, the Institute of Saint Mary (1925), the Bandeirantes Study Circle (1929), the Faculty of Philosophy, Arts and Science (1938), the Catholic Faculty of Philosophy of Curitiba (1950) and the Catholic University of the Parana (1959) were established with the aim of forming new generations (intellectual and political leaderships), as well as gathering intellectuals and politicians from public areas to serve in the project of the Catholic Church.

Keywords: History. Intellectuals. University. Catholic Church.

¹ Doutor em Educação, com ênfase em História e Historiografia da Educação, pela Universidade Federal do Paraná. Professor no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Contato: ndoutorado@yahoo.com.br

Introdução

Este artigo discute o papel da Igreja Católica e do laicato (intelectuais leigos) no processo de constituição do ensino superior confessional no Estado do Paraná. Esta problemática põe em evidência a ação do clero (poder eclesiástico) e do laicato católico (poder civil). *Igreja Católica, laicato católico, educação e ensino superior no Paraná* estão no horizonte de nossa trajetória acadêmica desde 2000. A primeira preocupação consistiu em debater o processo de constituição do laicato católico no Paraná, bem como sua intervenção no processo de organização do projeto formativo da Igreja Católica nesse estado. Em seguida, discutimos a respeito da presença desse grupo na consolidação da Universidade Federal do Paraná, particularmente a ação que resultou na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, em 1938.

O terceiro movimento investigativo estabeleceu como problemática o processo de constituição do ensino superior confessional no Estado do Paraná. Por um lado, dialoga diretamente com as produções anteriores, principalmente com a ação do grupo que fundou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCL). Por outro, apresenta à comunidade acadêmica nova produção que trata da constituição da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba (1950) e da Universidade Católica do Paraná (1959). Nesse sentido, este artigo avança ao ampliar o recorte temporal e ao delimitar, especificamente, o ensino superior católico paranaense.

A história do ensino superior no Paraná teve início com a proposta de criação da universidade, em 1892, com Rocha Pombo; foi marcada sobremaneira, em 1912, com a criação da Universidade do Paraná, com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, em 1938, com a unificação das Faculdades de Medicina, de Engenharia, de Direito, de Filosofia, Ciências e Letras, o que representou a oficialização da Universidade do Paraná, em 1946, assim como com a federalização da Universidade do Paraná, em 1950².

A presença do laicato católico no Paraná consolida-se no final da década de 1920 com a criação do Círculo de Estudos Bandeirantes. Em meados de 1930, nesse centro cultural, foi organizado o primeiro curso de filosofia tomista, cuja finalidade era formar integrantes do próprio grupo católico. Esse evento constituiu o movimento de defesa e discussão a respeito da criação da Faculdade de Filosofia no Paraná, cujo projeto se consolida em 1938. Em 1950, a Faculdade de Filosofia, dirigida pelos Irmãos Maristas, foi repassada à União devido ao movimento de federalização da Universidade do Paraná. No mesmo ano (1950), os católicos criaram a Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba.

O presente texto privilegia o contexto de constituição da Universidade Católica do Paraná (1959), visando discutir os debates e os projetos dos intelectuais católicos leigos e do clero sobre o ensino superior à luz do contexto paranaense, do período circunscrito entre 1950 e 1959, debatendo o processo de criação do grupo, as suas interlocuções com as vertentes teóricas e filosóficas em geral, as suas ideias e intervenções

² Esta discussão poderá ser aprofundada em duas obras: *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1950*, publicada em 2008; e *Universidade do mate: história da UFPR*, publicada em 1983.

culturais, bem como suas relações com o Estado e com os grupos políticos do cenário paranaense desse período, sem esquecer o contexto político-cultural do Brasil e da Europa como pano de fundo de criação de instituições de ensino superior.

Universidades Católicas no Brasil: espaço de intervenção dos intelectuais católicos

A presença da Igreja Católica na história da educação brasileira foi marcante em todos os graus de ensino. Ela recebeu da Corte portuguesa a concessão de coordenar o projeto educativo durante a colônia, embora a metrópole tenha impedido a criação de faculdades e universidades ao longo daquele período.

No decorrer do Império as relações entre poder civil e poder eclesiástico eram oficiais. O sistema do padroado expressava a relação indissociável entre Igreja e Império. Por um lado, a igreja usufruiu dos benefícios de ser a religião oficial do Estado ao acumular um significativo capital econômico, capital político e capital simbólico. Por outro, sempre esteve controlada pelo poder civil. Apesar disso, houve ao longo da segunda metade do século XIX diversos confrontos entre esses dois poderes.

A República, do ponto de vista formal, consubstanciou a ruptura entre Igreja e Estado. Com a nova conjuntura política a igreja sofreu algumas perdas, entre as quais destacamos o fim do privilégio de ser a religião oficial do Estado. Em decorrência disso, as esferas públicas deveriam excluir os símbolos do catolicismo, como por exemplo, a retirada do ensino religioso das escolas públicas. Entrementes, a igreja não precisava de autorização do poder civil para organizar dioceses, para criar seminários e trazer congregações religiosas para o Brasil. Outra vantagem foi a manutenção do capital econômico, pois os bens da Igreja não foram incorporados pelo Estado.

No final do século XIX, a Igreja Católica brasileira assumiu as orientações emanadas de Roma – movimento denominado romanização – que consistia em forte disciplinarização do clero e criação de inúmeras estratégias político-pastorais. Na definição de Romualdo Dias, o projeto de romanização no Brasil foi implementado a partir de cinco frentes principais:

Primeiro, a utilização e a divulgação de um referencial doutrinário europeu elaborado pelos pensadores católicos da contra-revolução do século XIX e pelos Documentos Pontifícios; segundo, um processo de articulação e coordenação entre o episcopado brasileiro; terceiro, a formação de uma elite intelectual a serviço do projeto político-pastoral do episcopado; quarto, a organização de grupos intermediários, responsáveis por articular as elites com as massas e quinto, a promoção de movimentos religiosos de massas (DIAS, 1993, p. 2).

A terceira estratégia descrita por Romualdo Dias se consolidou com o processo de criação de centros culturais para aglutinar e formar uma elite intelectual e política do país comprometida com o ideário católico romanizador. Nesse aspecto, a diocese deveria fomentar a vinda de ordens religiosas, a criação de escolas, de hospitais, de projetos sócio-assistenciais, bem como de jornais, revistas e espaços de estudos e de formação

moral, filosófica e teológica dos grupos com potencialidade a ocuparem cargos políticos de destaque nos cenários regionais, assim como no nacional.

A estratégia de criação do laicato católico consistia em uma ação direcionada a uma pequena parcela da população brasileira, ou seja, aglutinar e formar um grupo de intelectuais e políticos comprometidos com o ideário católico. A ação “pelo alto” visava formar a juventude com base nos fundamentos filosóficos e teológicos da Igreja Católica, cuja missão foi atribuída aos centros superiores de cultura. No Brasil, este projeto esteve sob a coordenação do episcopado brasileiro, particularmente sob a orientação de Dom Sebastião Leme. Na capital da República, este arcebispo formou um grupo de intelectuais em torno do *Centro Dom Vital* e da Revista *A Ordem*. No Paraná, a organização do laicato católico esteve sob a responsabilidade da Diocese de Curitiba, criada em 1892. Os diferentes projetos que contaram com presença significativa do laicato eram dirigidos por representantes do clero. Em 1926, foram criadas a *União de Moços Católicos de Curitiba* e a Revista *A Cruzada*, sob a coordenação do Padre Antônio Mazzaratto³. Em 1929, foi estabelecido o Círculo de Estudos Bandeirantes, composto majoritariamente por leigos, não obstante, sob a coordenação do Padre Luiz Gonzaga Miele⁴.

A elite intelectual católica teve uma atuação significativa na elaboração de projetos formativos na década de 1920 e 1930. A sua trajetória se estruturou de maneira clara com a liderança de D. Leme. Na mesma direção da Arquidiocese do Rio de Janeiro, a Diocese de Curitiba estruturou o seu clero e estabeleceu as diretrizes para a formação dos intelectuais católicos leigos. Foi a partir do final da década de 1920 que o grupo católico passou a lutar efetivamente pelo controle do ensino superior no Brasil. Naquele momento, “segundo o ideário católico, a reforma na consciência das elites só se operacionalizaria, basicamente, através do sistema de ensino superior. Ou seja, a cosmovisão católica percebe a universidade como centro nevrálgico de toda a estrutura social” (SALEM, 1982, p. 128). Os católicos se aproximavam do Estado a fim de manter a presença de sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, já expressavam o desejo de implantar o sistema particular de ensino superior. Ou seja, não dispensavam a boa relação com o Estado, mas também não acreditavam absolutamente na aliança com o poder civil. No Paraná, no governo de Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928) foi estreita a relação entre Igreja Católica e Estado⁵. Nos anos de 1930 e 1940, as relações entre Estado e Igreja continuaram amistosas, principalmente pelas aproximações existentes entre Loureiro Fernandes⁶

³ Antônio Mazzarotto nasceu em Curitiba em 1º de dezembro de 1890 e faleceu em Ponta Grossa em 15 de julho de 1980. Foi bispo de Ponta Grossa entre 1929 e 1965.

⁴ Luiz Gonzaga Miele nasceu em São Bernardo do Campo no dia 31 de maio de 1893. Concluiu sua formação filosófica e teológica em Paris. Em 1924, foi nomeado professor do Ginásio Paranaense, na seção internato, professor de lógica, psicologia e história da filosofia, o que evidencia a estreita relação entre Igreja e Estado no governo de Caetano Munhoz da Rocha. Padre Miele dirigiu o CEB até dezembro de 1932, quando se transferiu para São Paulo.

⁵ Caetano Munhoz da Rocha nasceu em Antonina no dia 14 de maio de 1879 e faleceu em Curitiba no dia 23 de abril de 1944.

⁶ Loureiro Fernandes nasceu em Lisboa no dia 12 de maio de 1903 e faleceu em Curitiba no dia 16 de fevereiro de 1977. Formado em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Ele participou na criação de várias instituições do Paraná, como por exemplo, do Círculo de Estudos Bandeirantes, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (1938), da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba (1950), da Universidade Federal do Paraná (1950) e da Universidade Católica do Paraná (1959).

e Manoel Ribas⁷. Nas décadas de 1950, a Igreja Católica manteve, também, significativo vínculo com o poder civil, particularmente no governo de Bento Munhoz da Rocha Neto⁸.

A constituição de faculdades católicas era orientada pelos documentos oficiais da Igreja. Em 1934, no Rio de Janeiro, os católicos organizaram o Primeiro Congresso Católico de Educação, no qual Alceu Amoroso Lima reiterava o papel do laicato no processo de organização de projetos formativos, sobretudo ao fundar instituições de ensino superior. Esse congresso foi promovido pela Coligação Católica Brasileira, quando foi declarada a necessidade de criar uma universidade subordinada à Santa Sé e ao episcopado brasileiro. Em 1939, foi realizado o Primeiro Concílio Plenário Brasileiro, na Bahia, no qual se expressou a última grande manifestação para criação da universidade católica.

A instituição do ensino superior católico fez parte do projeto político da Igreja Católica. No Brasil, a organização católica se consubstanciou no Centro Dom Vital (1921), na Revista A Ordem (1922), na Associação dos Universitários Católicos (1929), no Instituto Católico de Estudos Superiores (1932), na Confederação Nacional dos Operários Católicos, em Equipes Sociais, na Confederação da Imprensa Católica e na Associação de Livrarias Católicas, criadas entre 1930 e 1935. Esses organismos constituíam a Coligação Católica Brasileira criada em 1929. Mais tarde, em 1935, foi substituída pela Ação Católica Brasileira. A ação da Igreja foi representada por outras instituições que não estavam vinculadas à Ação Católica Brasileira, tais como Congregação Mariana, Círculos Operários, Associação dos Professores Católicos, Liga Eleitoral Católica, Confederação Católica Brasileira de Educação. Para Tânia Salem (1982, p. 120), “com a pulverização do Centro Dom Vital em diferentes frentes de trabalho de leigos, subordinadas à Coligação Católica Brasileira, a educação e, em especial, a educação superior se converteu em um domínio especializado do movimento”.

O Instituto Católico de Estudos Superiores e a Associação dos Universitários Católicos são considerados os embriões do projeto universitário católico no Brasil. Essas duas instituições, segundo Salem (1982, p. 120),

[...] embora com sentidos bastante distintos, foram as entidades geradas para uma atuação da Igreja do domínio universitário. Essas são, em suma, as instâncias mediadoras que remontam o trajeto entre a eclosão do movimento católico, em 1922, e a fundação das Faculdades Católicas, em 1941.

O Instituto Católico de Estudos Superiores representava fundamentalmente o germe da futura universidade católica. Até 1932, o Centro Dom Vital promovia cursos e palestras para grupos externos.

⁷ Manoel Ribas nasceu em Ponta Grossa no dia 8 de março de 1873 e faleceu em Curitiba no dia 28 de janeiro de 1946. Esteve a frente do Governo do Paraná no período de 1932 a 1945 (interventor de 1932 a 1934 e 1937 a 1945; governador de 1935 a 1937).

⁸ Bento Munhoz da Rocha Neto nasceu em Paranaguá no dia 17 de dezembro de 1905 e faleceu em Curitiba no dia 12 de novembro de 1978. Em 1929, fez parte do grupo católico que fundou o Círculo de Estudos Bandeirantes. Entre 1951 e 1955 foi governador do Paraná.

No Estado do Paraná, é possível sustentar que o movimento dominante em defesa do ensino superior preconizava a criação de faculdades ou escolas de formação profissionalizante. Para esse grupo, os profissionais das engenharias, da medicina e do direito deveriam ocupar as esferas estratégicas do estado a fim de conduzi-lo ao progresso e à modernização. Nesse aspecto, a contribuição do projeto universitário de 1912 foi fundamental, pois colocou a serviço da capital e do estado um corpo de especialistas com capacidade de sistematizar projetos e programas para as diferentes esferas, particularmente às de economia, infra-estrutura, educação e saúde pública.

Por outro lado, apenas no início da década de 1940 o ensino superior estabeleceu as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no Paraná. Até então, a formação de professor foi de responsabilidade da Escola Normal, hoje Instituto de Educação do Paraná. O debate educacional foi promovido pelos intelectuais com pouco convívio com as questões pedagógicas. Ou seja, foi promovido por médicos, advogados e engenheiros que viam a educação como grande problema nacional, cuja solução representaria a superação dos obstáculos políticos, sociais e econômicos. É importante ressaltar que a esse grupo a educação da elite seria capaz de constituir os elementos necessários ao Paraná moderno.

No Paraná, diferentes intelectuais discutiram a respeito dos problemas brasileiros e elegeram a educação como o problema por excelência, dentre os quais destacamos a iniciativa quase solitária de Rocha Pombo que no final do século XIX defendeu a criação da Universidade do Paraná, ao propor a fundação dos cursos de medicina, engenharias, de direito, de artes e ciências; a ação bem sucedida de criação da Universidade do Paraná (1912), coordenada por Vitor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo da Silva; e a intervenção do grupo católico que estabeleceu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1938).

Nos anos de 1940 ocorreu o processo de consolidação da universidade no Estado do Paraná. Esta nova situação resultou da ação dos grupos envolvidos com o ensino superior nesse estado, bem como das políticas públicas federais para este grau de ensino que estabeleceu a possibilidade de transformar as faculdades privadas e confessionais em universidades públicas federais. Em 1946, a Universidade do Paraná foi oficializada com a aglutinação das Faculdades de Medicina, de Engenharia, de Direito e Filosofia, Ciências e Letras. Em 1950, esta Universidade foi transformada em Universidade Federal do Paraná. Nesse sentido, o período entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX constituiu o processo de efetivação da Universidade na capital do Paraná. Já no final da década de 1940, entre os professores da Universidade do Paraná e os dirigentes políticos desse estado houve discussão a respeito da necessidade de expansão do ensino superior nas terras paranaenses, o que resultou na criação de diversas faculdades, como por exemplo, a Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba (1950) e a Universidade Católica do Paraná (1959).

Sociedade Paranaense de Cultura: embrião da Universidade Católica do Paraná

Em 31 de dezembro de 1950, sob a coordenação do Arcebispo Dom Manuel da

Silveira D’Elboux⁹, foi criada a Sociedade Paranaense de Cultura (SPC) de fins educacionais e filantrópicos. A Ata da fundação da referida sociedade relata que:

No dia 31 de dezembro de 1950, reuniram-se no Palácio Arquiepiscopal de Curitiba o Exmo e Rvmo Dom Manuel da Silveira D’Elboux, D.D. Arcebispo Metropolitano, Mons. Lamartine Corrêa de Miranda, D. D. Vigário Geral, o P. Dr. Geraldo Fernandes, o P. Dr. Valério Alberton, P. Edmundo Dreher, o P. Dr. Artidário Aniceto de Lima, o P. Dr. João de Castro Engler, o Irmão Mário Cristóvão, Padre Jerônimo Mazaroto, Dona Irene Teixeira de Freitas, Dr. José Pires Braga e P. Vicente Vitola com o fim de tratar assuntos referentes ao Ensino e Educação, principalmente ao Ensino Superior que há muito tempo vem sendo objeto de sérias preocupações da Igreja do Paraná (ATA DE FUNDAÇÃO DA SPC, 31/12/1950).

No início da reunião definiu-se a necessidade de “fundar e pôr logo em funcionamento, quanto antes, uma Universidade Católica em Curitiba para melhor atender o grande número de estudantes que, de todos os pontos do Brasil concorrem à nossa cidade” (ATA DE FUNDAÇÃO DA SPC, 31/12/1950). Posteriormente, o Irmão Mário Cristóvão¹⁰ registrou que a Congregação Marista criou a Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba, em 05 de agosto do corrente ano, mantida pela União Brasileira de Educação e Ensino¹¹. Além disso, declarou que “só esperava a fundação da Universidade da qual passará a formar parte a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (ATA DE FUNDAÇÃO DA SPC, 31/12/1950)¹². A Senhora Irene de Freitas, coordenadora da Escola de Serviço Social, salientou que os cursos da referida instituição também passariam a fazer parte da futura Universidade Católica.

Após essas exposições foi formalizada a criação da Sociedade Paranaense de Cultura, bem como apresentados e aprovados os seus estatutos. O Artigo primeiro do capítulo I (Da natureza, denominação, sede e fins) estabeleceu que a Sociedade Paranaense de Cultura é associação civil, com sede em Curitiba, cuja finalidade é instituir, dirigir e manter as Faculdades e demais instituições que hão de integrar a futura Universidade Católica do Paraná” (ATA DE FUNDAÇÃO DA SPC, 31/12/1950). O Artigo segundo

⁹ Dom Manuel da Silveira D’Elboux nasceu em Itu-SP no dia 29 de fevereiro de 1904. Em 10 de janeiro de 1940, foi nomeado Bispo Auxiliar (Diocese de Ribeirão Preto) de Dom Alberto José Gonçalves pelo Papa Pio XII. Em 31 de janeiro de 1946, foi nomeado sucessor de Dom Alberto José Gonçalves, tendo tomado posse no dia 28 de março do mesmo ano. Durante quatro anos a frente dessa Diocese fundou o Círculo dos Trabalhadores Cristãos, o Centro do Professorado Católico, a Liga das Senhoras Católicas; assumiu o “Diário de Notícias”, jornal católico. Incentivou a Ação Católica e as Associações Religiosas de Leigos, principalmente as Congregações Marianas de Jovens, e a Cruzada Eucarística. No dia 19 de agosto, Dom Manuel foi nomeado Arcebispo de Curitiba pelo Papa Pio XII. Ele faleceu no dia 5 de fevereiro de 1970.

¹⁰ Ele nasceu na França no dia 16 de setembro de 1883 e faleceu no Brasil em 1960. Em 1901, veio para o Brasil. Foi Superior Provincial dos Maristas em dois períodos (1928-1938) e (1947-1953). Ele coordenou o processo que desencadeou o controle da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná pelos maristas a partir de 1939. Em 1950, ao ser transferida a FFCL à Universidade Federal do Paraná, fundou em parceria com os intelectuais leigos a Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba.

¹¹ A União Brasileira de Educação e Ensino (ABEE) era a mantenedora da Congregação Marista e antecessora da atual Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC).

¹² Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi a denominação inicial dada à Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba.

estabelece que entre os objetivos da SPC destacam-se: a) ministrar o Ensino Superior em todas as suas modalidades; b) contribuir para a formação de uma cultura superior; c) estimular a investigação científica; d) contribuir para o desenvolvimento e solidariedade entre todas as nações do mundo, especialmente no campo cultural e social, em defesa da civilização cristã (ATA DE FUNDAÇÃO DA SPC, 31/12/1950).

O artigo oitavo do Capítulo IV (A Direção) estabeleceu que “a Sociedade será dirigida por uma diretoria composta de um Presidente nato, que é o Arcebispo de Curitiba, um Tesoureiro Geral e um Secretário” (ATA DE FUNDAÇÃO DA SPC, 31/12/1950). Além da direção ficou definida a existência do Conselho Diretor, composto pelos Diretores das Faculdades e Instituições Superiores dirigidos pela SPC e pelos sócios natos¹³. Na reunião ficou definido que a Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba continuaria sendo mantida pela União Brasileira de Educação e Ensino.

Na reunião de 26 de novembro de 1952 foram relatadas as ações do primeiro biênio da SPC. O Arcebispo de Curitiba relatou que “a Sociedade Paranaense de Cultura, fundada em Curitiba, aos 31 de dezembro de 1950, nesses primeiros anos de existência já se apresenta com futuro promissor” (ATA DE REUNIÃO DA SPC, 26/11/1952)¹⁴. A fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba (1950) foi o primeiro aspecto destacado pelo prelado. Segundo ele, “concretizou-se o velho desejo de Dom Atico Euzébio da Rocha, nosso saudoso antecessor, com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba” (ATA DE REUNIÃO DA SPC, 26/11/1952). Além disso, ressalta que “os membros da ‘Sociedade Brasileira de Educação e Ensino’ a quem entregamos a direção dessa Faculdade souberam corresponder nossa confiança” (ATA..., 26/11/1952).

A Escola de Serviço Social foi outra obra mencionada pelo Arcebispo de Curitiba. De acordo com ele, “a ‘Escola de Serviço Social’ fundada sob os auspícios da Autoridade Eclesiástica, e agora integrada entre as instituições orientada pela ‘Sociedade Paranaense de Cultura’, tem prestado uma enorme soma de benefícios na formação das assistentes sociais” (ATA..., 26/11/1952). Naquele momento, a referida Escola atendia apenas estudantes do sexo feminino. Entretanto, o prelado já solicitara alterações que visavam formar profissionais de ambos os sexos. Além do curso de Serviço Social existiam os de Assistentes Rurais e Educadoras Familiares.

Outro destaque se referia a Radio Emissora Cultural, a qual “será como o prolongamento de nossa Universidade Católica (futura) e levará aos lares a cultura e a ciência” (ATA..., 26/11/1952). Também mencionou sobre o processo de criação da Faculdade de Agronomia e Veterinária na cidade de Jacarezinho, da Faculdade de Teologia e Faculdade de Ciências Econômicas. No que diz respeito à Faculdade de Teologia, Dom Manuel D’Elboux sustentava que “as grandes Universidades européias tem a Faculdade de Teologia com uma das principais [...] Curitiba já considerada a ‘Coimbra brasileira’ não podia deixar de ter uma Faculdade Teológica” (ATA..., 26/11/1952). Por

¹³ Os Sócios natos eram todos os Bispos da Província Eclesiástica do Paraná.

¹⁴ As informações referentes a Ata da Sociedade Paranaense de Cultura do dia 26/11/1952 estão na obra de Sebastião Ferrarini (1999).

fim, enfatiza que “o fim da nossa ‘Sociedade Paranaense de Cultura’ é instituir, dirigir e manter as Faculdades e demais Instituições que hão de integrar a futura Universidade Católica do Paraná” (ATA..., 26/11/1952). Informou aos presentes que estavam em organização os projetos para criação das Faculdades de Farmácia, Odontologia, de Enfermagem, de Direito e de Ciências Médicas.

Nessa reunião o Arcebispo registrou que a SPC aguardava do governo do Estado do Paraná subvenção anual, pois a Constituição Federal e a Constituição Estadual estabeleciam que o Estado deveria estimular a cultura e a pesquisa científica. Nesse sentido, o prelado esperava subvenção anual às instituições culturais e científicas católicas. Em 1954, por meio da Lei 1713, a SPC foi reconhecida de utilidade pública pelo Estado do Paraná, bem como foi estabelecido no artigo segundo da referida lei que o poder executivo concederia subvenção anual de cinco milhões de cruzeiros a esta instituição¹⁵.

A criação da UCP expressou o movimento da Igreja Católica iniciada no Rio de Janeiro com o clero e com o laicato católico que estabeleceu a Universidade Católica do Rio de Janeiro. De acordo com o Estatuto, “a Universidade Católica do Paraná, fundada a 14 de março de 1959, na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, é uma Universidade livre, equiparada, criada e mantida pela Sociedade Paranaense de Cultura, nos moldes da legislação vigente” (ESTATUTO DA UCP, 1960, p. 4).

No artigo segundo o referido estatuto estabelece as finalidades desta instituição de ensino superior:

a) manter e desenvolver o ensino nas diversas unidades que a compõem; b) contribuir para a formação e o desenvolvimento de uma cultura superior, colaborando com as instituições congêneres, quer nacionais, quer estrangeiras, e intensificando amplo intercâmbio científico; c) promover a formação integral dos alunos, isto é, prepará-los para o perfeito desenvolvimento humano, espiritual e social, de conformidade com a doutrina cristã, permitindo o desenvolvimento de quadros culturais compostos de elementos habilitados para o exercício de profissões técnico-científicas, liberais e do magistério, bem como das altas funções da vida pública; d) contribuir para a divulgação da cultura.

A passagem anterior se refere aos aspectos gerais e diversos, no entanto, destacamos que à Universidade Católica cabia a aproximação entre o conhecimento científico e a experiência religiosa católica. Além disso, esboça a preocupação com a formação de pesquisadores, de profissionais (médicos, professores, etc.) e de dirigentes políticos. Esta última menção evidencia a pretensão da Igreja Católica de formar uma elite capaz de assumir as principais funções do Estado. A rigor, a ação da Igreja pelo controle do ensino secundário e do ensino superior expressa a estratégia da romanização presente nas decisões da Diocese de Curitiba.

¹⁵ A Sociedade Paranaense de Cultura e a Universidade Católica do Paraná foram dirigidas pela Diocese de Curitiba até 1973. Em 16 de novembro de 1973, o Arcebispo de Curitiba Dom Pedro Fedalto entregou aos Irmãos Maristas a direção, a administração e o patrimônio da Universidade Católica do Paraná.

A UCP foi constituída por instituições incorporadas, agregadas e complementares. No primeiro grupo estavam os estabelecimentos de ensino superior, diretamente mantidos pela Sociedade Paranaense de Cultura, como por exemplo, a Faculdade de Ciências Médicas do Paraná e a Escola de Serviço Social. No segundo as instituições de ensino superior que eram mantidas por outras entidades, entre elas a Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba, a Faculdade Católica de Direito do Paraná, a Faculdade Católica de Ciências Econômicas e a Escola de Enfermagem Madre Léonie. O terceiro por estabelecimentos de caráter científico, cultural ou técnico, entre eles o Círculo de Estudos Bandeirantes.

Segundo o Estatuto, as unidades incorporadas e agregadas, que integraram a Universidade Católica do Paraná passaram a denominar-se: Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Católica do Paraná; Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica do Paraná; Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica do Paraná; Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Paraná; Escola de Enfermagem Madre Léonie da Universidade Católica do Paraná.

O projeto da Universidade Católica do Paraná é oriundo da ação da Arquidiocese de Curitiba ao estimular diferentes ordens religiosas e não religiosas (maristas), bem como o laicato católico paranaense a criarem as Escolas e Faculdades Católicas. Nesses termos, a hierarquia católica paranaense, mas particularmente Dom Manuel D'Elboux exerceu o papel de coordenador desse processo ao estabelecer a Sociedade Paranaense de Cultura.

Essa tarefa de coordenação visava aglutinar os representantes de ordens religiosas, mas também as lideranças políticas e profissionais liberais (laicato católico) para estabelecer Escolas, Faculdades e Institutos Culturais que deveriam compor a Universidade Católica do Paraná. O Arcebispo Dom Manuel D'Elboux concedeu aos maristas o direito de dirigir a Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba; estimulou os franciscanos a criarem a Faculdade de Ciências Econômicas, as missionárias de São José a fundarem a Escola de Enfermagem, os jesuítas a constituírem a Faculdade de Direito e o laicato católico a estabelecer a Faculdade de Ciências Médicas; e incorporou a Escola de Serviço Social à SPC, criada por Irene Teixeira de Freitas, religiosa da Sociedade das Filhas do Coração de Maria¹⁶.

Universidade Católica do Paraná: consolidação da presença institucional da Igreja Católica na alta cultura paranaense

A constituição da Universidade Católica do Paraná representou a consolidação da presença institucional e política da Igreja Católica na alta cultura paranaense. No último quartel do século XIX, a presença institucional da Igreja Católica no Paraná era

¹⁶ Em 1944, foi fundada a Escola de Serviço Social. Em 1950, foi criada a Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba. Em 1953, foi estabelecida a Escola de Enfermagem “Madre Leonie”. Em 1956, germinaram as Faculdades de Medicina e de Direito. Em 1957, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas.

inexpressiva. Tal situação começou a ser alterada com a implantação da República e com o processo de criação da Diocese de Curitiba¹⁷. Estes episódios determinaram a efetiva organização do clero nas terras paranaenses, resultando na vinda de inúmeras ordens religiosas para assumirem atividades político-pastorais. Na segunda década do século XX, já se mostrava bem organizada a ação católica no Estado do Paraná, com inúmeros colégios femininos e masculinos, entre os quais destacamos o Instituto Santa Maria, responsável pela educação dos filhos de famílias abastadas desse estado. A criação do Círculo de Estudos Bandeirantes (1929) consolidou a institucionalização do grupo católico, pois aglutinou parte significativa da elite intelectual e política do Estado do Paraná.

Na década de 1930, o Círculo de Estudos Bandeirantes ofertou o primeiro curso de filosofia tomista na capital do Paraná. Entre 1935 e 1936, o laicato católico foi iniciado na filosofia neotomista pelo Padre Jesus Ballarin¹⁸. Esse curso foi o embrião da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, criada em 1938. A partir de 1939, esta Faculdade passou a ser dirigida pelos Irmãos Maristas. O grupo católico controlou o debate a respeito da criação da Faculdade de Filosofia em Curitiba. No Paraná, daquele período, poucos grupos tinham capital cultural, mas principalmente capital político para implantar uma faculdade de filosofia. É possível afirmar que o grupo neopitagórico, atrelado a Dario Vellozo¹⁹, constituiu-se no principal adversário político e cultural da Igreja Católica, desde o final do século XIX. No Instituto Neopitagórico este grupo estudou, discutiu e estruturou outros modelos filosóficos. No entanto, a Igreja Católica estabeleceu-se com mais força no cenário político e cultural ao constituir diversos espaços de formação intelectual da elite curitibana e ao construir boas relações com o grupo dirigente da política do Estado.

Nos anos de 1940, a Igreja Católica, por meio dos maristas e do laicato católico, participou ativamente do processo de criação da Universidade do Paraná (1946). No segundo pleito da reitoria (1949-1950), por meio de Flávio Suplicy de Lacerda, esteve representada na direção da Universidade. A ação da Igreja Católica nesse período se constituiu em participar ativamente na consolidação do ensino superior no Paraná. Nesse sentido, lutava pelo controle da formação da alta cultura. Com a federalização da Universidade do Paraná o corpo docente comprometido com o ideário católico

¹⁷ Em 27 de abril de 1892, pela bula “Ad Universas Orbis Ecclesias”, o Papa Leão XIII criou a Diocese de Curitiba. Mas somente foi instalada em 30 de setembro de 1894 com a posse de Dom José Camargo de Barros. Em 10 de maio de 1926, foi elevada a Arquidiocese pelo Papa Pio XI.

¹⁸ Padre Jesus Ballarin recebeu sua formação na Universidade de Cervera (Lérida/Espanha). “Durante os anos de 1919-1921, forma-se em Filosofia e Ciências, defendendo a tese de Filosofia no fim do terceiro ano. Na Faculdade de Teologia e Direito da mesma Universidade, cursou os cinco anos de Teologia Dogmática, Moral e Direito Canônico, nos anos de 1922-26, defendendo no fim do quinto ano a tese de Teologia” (REVISTA DO CÍRCULO, set. 1949, p. 368). Na mesma época, “freqüentou os cursos livres de Direito Civil e Direito Comparado; Cursos livres de Sociologia e Economia Política, História das Religiões, Arqueologia, Pedagogia” (p. 368). Quando chegou ao Brasil foi nomeado professor de Filosofia no Seminário Cordimariano, primeiro em Rio Claro, no Estado de São Paulo, e posteriormente em Curitiba, entre 1929 e 1936, tendo sido lente de várias disciplinas, dentre as quais ressaltamos Metafísica, Teodicéia, Filosofia Moral e Social, Sociologia, Filosofia Natural, Psicologia e História da Filosofia. Ele foi um dos principais responsáveis pela criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (1938), juntamente com Loureiro Fernandes.

¹⁹ Dario Vellozo nasceu no dia 26 de novembro de 1869 e faleceu em Curitiba no dia 28 de setembro de 1937.

permaneceu na instituição, o que evidencia a continuidade da cultura católica na formação da juventude que ingressava no ensino superior público.

A década de 1950 representou presença significativa dos grupos defensores da educação pública estatal. Este debate foi centralizado no processo de constituição da primeira Lei da Educação. De acordo com Libânia Xavier, com o fim do Estado Novo, foi recolocada na “cena política a disputa entre representantes dos interesses da Igreja Católica, apoiado pelo já constituído grupo dos empresários de escolas particulares e os intelectuais empenhados na universalização da educação pública” (XAVIER, 2005, p. 242). A discussão em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi iniciada em 1948, cuja preocupação central foi estabelecer os aspectos relativos ao papel da União e dos estados na constituição de políticas para o ensino. Na aceção de Libânia Xavier (2005, p. 244), “se as décadas de 1950 e 1960 assistiram à crescente manifestação dos interesses privados no âmbito legislativo, não se pode negar que o período também foi marcado pela exaltação da dimensão pública da educação”.

À luz da historiografia da educação e dos documentos consultados sustentamos que a década de 1950 repôs o debate entre o grupo católico, defensor da educação particular confessional, e o grupo do movimento da escola nova, defensor da educação pública laica. De forma significativa esta situação determinou a expansão das universidades católicas no Brasil que na década de 1940 já havia estabelecido a Universidade Católica do Rio de Janeiro (1941), a Universidade Católica de São Paulo (1946) e a Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1948). Na década seguinte foram criadas a Universidade Católica de Campinas (1955), a Universidade Católica de Minas Gerais (1958) e a Universidade Católica do Paraná (1959). Este movimento em direção à criação de faculdades e universidades católicas expressa a dupla ação da Igreja Católica: 1) expandir suas atividades com a fundação de novas instituições particulares de ensino superior; 2) aproximar os interesses do Estado e Igreja a fim de garantir a presença da cultura católica nas faculdades e universidades públicas brasileiras.

Esta dupla característica é perceptível na história do ensino superior paranaense, pois a federalização da Universidade do Paraná não representou a supressão do ideário católico das atividades pedagógicas e administrativas da instituição. Na direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná estava Loureiro Fernandes, fundador do Círculo de Estudos Bandeirantes e uma das principais lideranças do laicato católico paranaense. A reitoria da Universidade Federal do Paraná ficou sob a coordenação de Flavio S. de Lacerda, integrante do Círculo de Estudos Bandeirantes. Não obstante, o grupo católico estabeleceu as Faculdades de Filosofia, de Economia, de Serviço Social, de Enfermagem, de Direito e de Medicina no decorrer da década de 1950, as quais constituíram a Universidade Católica do Paraná. A rigor, o pensamento católico orientou as duas instituições no decorrer dos anos de 1950, o que permite afirmar que a Igreja Católica exerceu a supremacia na alta cultura daquele período, pois foi responsável pela formação intelectual da juventude paranaense.

Divulgação da filosofia católica e combate aos velhos adversários

A referência a Romualdo Dias, no início deste artigo, visou explicitar o programa romanizador da Igreja Católica no Brasil, mas particularmente estabelecer uma interlocução para problematizar a presença dessa instituição na década de 1950 na cultura paranaense. Tal indicação representa a organização político-pastoral da Igreja que visava restaurar sua identidade na cultura brasileira. Aquele amplo programa pode ser compreendido como estratégia política da Igreja, no sentido atribuído por Michel de Certeau. Na acepção desse autor, estratégia significa um movimento existente fora do campo de ação do inimigo. Ou seja, “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolada” (CERTEAU, 2003, p. 99). Mais adiante, assevera o teórico francês, “a estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade, os inimigos [...]” (p. 99).

No final do século XIX a Igreja Católica reagiu contra os grupos que professavam o laicismo. Eram diversos seus adversários, entre os quais destacamos os maçons, os protestantes, os espíritas, os liberais, os positivistas. Nos anos de 1940 e 1950, os principais inimigos da Igreja Católica foram os comunistas. A rigor, “desde o final do século XIX [...] já se torna claro, no nível do discurso oficial da Igreja, qual o seu principal concorrente ideológico: o socialismo” (PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, 1984, p. 353). Já na segunda metade do século XX, esses discursos se materializam em projetos concretos de combate ao marxismo.

Os protestantes, os espíritas e os próprios positivistas não consideravam os católicos como inimigos. Tais grupos defendiam a liberdade religiosa, embora postulassem a educação laica, pública e gratuita. O positivismo predominante no Brasil foi caudatário da religião positiva, inclusive para esse grupo os católicos eram considerados potenciais aliados. Não objetivavam, portanto, a destruição da Igreja Católica. Essa assertiva é sustentada por Murilo de CARVALHO (2005, p. 139), “a ênfase na religião tinha a ver com a percepção da força da tradição católica no Brasil e com a concepção de Comte de que entre os católicos se encontravam os ouvintes mais receptivos”. Além disso, “os ortodoxos foram sempre cuidadosos em não agredir o catolicismo, em não criar incompatibilidades, se bem que não fossem tratados com a mesma gentileza pelos católicos” (p. 139). Entre parcela significativa do grupo espírita não houve combate ao clero católico. Essa caracterização é recorrente na história dos grupos espíritas paranaenses, particularmente, daqueles que se constituíram na cidade de Ponta Grossa. Nesta cidade, no início do século XX, os jornais fundados pelos espíritas divulgavam sua doutrina, mas também faziam publicidade das escolas confessionais católicas.

Por outro lado, os socialistas representavam a supressão da religião católica. Foi nesses termos que a Igreja Católica se posicionou na condição de guarda contra o perigo vermelho, na acepção de Rodrigo Sá Mota. No nosso entendimento, o socialismo não se apresentava apenas como concorrente ideológico à Igreja Católica, mas principalmente como teoria filosófica e social da modernidade. Nesse sentido, a teoria marxiana/marxista

representava a vontade de conhecer e de dizer a verdade. Os marxistas ao falarem acreditavam estar de posse da verdade. É o que Michel Foucault chamava de desejo de verdade, ou seja, “a vontade não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável” (FOUCAULT, 2002, p. 19). O marxismo representava um inimigo perigoso à Igreja Católica, pois postulava ser portador do poder simbólico que, na linguagem bourdesiana, “é o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força [...]” (BOURDIEU, 2002, p. 14).

O marxismo ganhava contornos políticos entre os movimentos sociais, particularmente entre a organização operária e estudantil. No plano acadêmico, o marxismo se posicionava com uma proposta de investigação e crítica da sociedade brasileira. A presença desse pensamento na universidade brasileira assombrava a alta hierarquia da Igreja Católica. Não há dúvida que a infiltração da visão de mundo socialista entre as camadas populares incomodava a Igreja. Essa situação estabeleceu novo elemento nas relações entre Estado e Igreja na segunda metade do século XX. As relações entre Estado e Igreja, em termos gerais, no Estado Novo e nos anos de 1950, eram semelhantes, no entanto, guardavam algumas particularidades. Sobre este aspecto asseveram Oliveira Pierucci, Muniz de Souza e Ferreira de Camargo (1984, p 359):

Se, na chamada primeira era de Vargas, a Igreja se comportara como um forte aliado do Estado, aliança esta que tinha na amizade entre Vargas e o cardeal Leme uma garantia, mais que mera expressão, a partir dos anos 50 a relação quase concordatária continuaria, acrescida agora de um outro sentido. [...] o governo passa a utilizar a Igreja para tornar seus projetos mais aceitáveis aos setores das classes dominantes suscetíveis de serem atingidas pela modernização pretendida.

Sob o ponto de vista de Werneck Vianna, de acordo com os autores, “o novo era dado pelo objetivo de atingir as classes subalternas, e não as classes médias e elites intelectuais e econômicas [...]” (p. 359). Essa nova configuração acelerou o processo de constituição de projetos político-pastorais destinados às camadas populares. Tal proposta já constava no programa de romanização, no entanto, na primeira metade do século XX, a Igreja Católica privilegiou a formação da elite (Ensino Secundário/Ensino Superior). A preocupação com os grupos subalternos foi expressa por diferentes representantes do clero católico, entre os quais destacamos a intervenção do Bispo de Campanha, cidade de Minas Gerais, Dom Inocêncio Engelke que, em 1950, asseverava: “que não acontecesse com os camponeses brasileiros o que ocorrera com os operários europeus do século XIX – a igreja perdê-los! Já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural” (PIERUCCI *et al*, 1984, p. 357). Este projeto de aliança da Igreja com o povo ganhou contornos mais precisos no início da década de 1960 com o Movimento de Educação de Base. Sobre esta tendência da Igreja Católica, Reginaldo Dias afirma que:

O Brasil viveu, no início da década de 1960, um processo de renovação da esquerda, marcado pela fundação de organizações que se contrapunham à linha política do PCB. Entre essas novas organizações, a Ação Popular teve a origem mais singular. Enquanto o PC do B e a Polop filiavam-se à herança marxista, a gênese da Ação Popular é relativamente heterodoxa, porque ramificada no seio da Igreja Católica. Embora atraísse militantes de origem diversa, o tronco principal da origem da Ação Popular enraíza-se nos setores leigos da juventude católica (DIAS, 2008 p. 166).

O Partido Comunista Brasileiro, criado em 1922, passou por longo período da história brasileira na ilegalidade. No início da década de 1960, uma parcela dos comunistas estabeleceu o Partido Comunista do Brasil (PC do B), sob a acusação de que o PCB perdera suas raízes revolucionárias. Outro aspecto relevante para compreender o movimento da Igreja Católica é o impacto que o movimento cubano exerceu entre os grupos radicais do Brasil. Nesta direção sustenta Jean Sales, “a revolução cubana de 1959 teve grande influência sobre as esquerdas latino-americanas na década de sessenta e parece ter representado um marco nas lutas políticas do continente” (SALES, 2001, p. 286). A esquerda brasileira passou a respirar a possibilidade de pôr em marcha a revolução socialista no país. Sobre este aspecto assevera Sales (p. 286) “uma vez vitoriosa a revolução [cubana], seu ‘modelo’ passou a ser discutido no seio das esquerdas e seus protagonistas, por algum tempo, proclamaram a estratégia revolucionária utilizada em Cuba como válida, pelo menos, para a América Latina”²⁰.

Este movimento em direção às camadas populares é um aspecto importante da ação da Igreja Católica, entretanto a este artigo assume caráter mais relevante a problematização dos sentidos do projeto de formação da elite intelectual e política. É nesse contexto que compreendemos o processo de criação e de expansão das faculdades e universidades católicas em diversas cidades brasileiras. Nesse sentido, assinalar a presença da filosofia marxista na universidade brasileira é uma tarefa fundamental, pois tal episódio, ao lado do movimento de defesa da escola pública e laica, foi determinante para o processo de expansão das universidades católicas.

No final da década de 1950, precisamente em 1957, surge o Seminário de Marx. Sobre esse movimento Bernardo Sorj declara: “na atmosfera particular da USP, como expressão de uma maior radicalização política dos jovens professores e estudantes, mas dentro das regras do trabalho acadêmico rigoroso, surge em 1957 o Seminário de Marx [...]” (SORJ, 2001, p. 16). É interessante observar o sentido que o grupo atribuía ao movimento de investigação do pensamento de Marx. Na interpretação de Francisco Weffort, um dos integrantes do grupo, “marginal na política, Marx entra na universidade também pela margem. Nessa época, em São Paulo, um grupo de jovens se reunia, de quinze em quinze dias, para ler O capital [...]” (WEFFORT Apud SORJ, 2001, p. 16). Posteriormente, a USP introduziu cursos sobre Marx, sob a coordenação de Octávio

²⁰ Para aprofundar a relação da esquerda brasileira, particularmente do Partido Comunista do Brasil sugerimos consulta o artigo de Jean Sales. A respeito do movimento da Ação Católica no Paraná sugerimos consultar os artigos de Reginaldo Dias (1999 e 2008).

Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Retemos desses aspectos o fato de o marxismo ganhar *status* acadêmico na Universidade de São Paulo.

Na Universidade do Paraná, na década de 1950, não há evidências da presença do pensamento de Marx. Tal ausência é expressão do controle intelectual exercido pela Igreja Católica nesse estado. Entrementes, a federalização da Universidade do Paraná criava prognósticos incertos, pois o movimento intelectual que defendia a educação pública e laica estava em marcha. Naquele contexto paranaense, a Igreja Católica controlava a corrente laicista. Porém, ao projetar o futuro, as incertezas surgiam. Nesse aspecto, a criação da Universidade Católica do Paraná representou a certeza inexorável da presença institucional da Igreja Católica no processo de formação das lideranças intelectuais e políticas desse estado.

A constituição da Universidade Católica do Paraná visava a intervenção em duas frentes: 1) manter e divulgar a filosofia católica entre os grupos universitários; 2) controlar e combater a presença das correntes teóricas contrárias ao catolicismo, particularmente, ao comunismo.

À guisa de conclusão

O objetivo deste artigo consistiu em discutir o papel do laicato católico e do clero paranaense na criação da Universidade Católica do Paraná. Tal análise destacou quatro aspectos: 1) Universidades Católicas Brasileiras: espaços de intervenção dos intelectuais católicos; 2) Sociedade Paranaense de Cultura: embrião da Universidade Católica do Paraná; 3) Universidade Católica do Paraná: consolidação da presença institucional da Igreja Católica na alta cultura paranaense; 4) Divulgação da filosofia católica e combate aos velhos adversários.

A primeira discussão visava indicar as linhas gerais propugnadas pelo clero e pelo laicato católico brasileiro e paranaense em defesa da alta cultura, ao discorrer sobre o projeto de romanização coordenado por Dom Leme e pela Diocese/Arquidiocese de Curitiba que estabeleceram redes de aglutinação e formação de uma elite intelectual e política. No Rio de Janeiro, estabeleceram-se o Centro Dom Vital, a Revista *A Ordem* e a Universidade Católica. No Paraná, o Círculo de Estudos Bandeirantes, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, a Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba e a Universidade Católica.

O segundo aspecto privilegiou a discussão em torno da Sociedade Paranaense de Cultura, órgão responsável pelo processo de constituição da Universidade Católica do Paraná. O projeto da Universidade Católica do Paraná é oriundo da ação da Arquidiocese de Curitiba ao estimular diferentes ordens religiosas e não religiosas, bem como o laicato católico paranaense a criarem as Escolas e Faculdades Católicas. A hierarquia católica paranaense, particularmente Dom Manuel D'Elboux exerceu o papel de coordenador desse processo ao estabelecer a Sociedade Paranaense de Cultura.

O terceiro elemento tematizou a Universidade Católica do Paraná como espaço de consolidação da presença da Igreja Católica na alta cultura paranaense. Na segunda década do século XX, já se mostrava bem organizada a ação católica no Estado do Paraná,

com inúmeros colégios femininos e masculinos, entre os quais destacamos o Instituto Santa Maria. A criação do Círculo de Estudos Bandeirantes (1929) consolidou a institucionalização do grupo católico, pois aglutinou parte significativa da elite intelectual e política do Estado do Paraná. Nos anos de 1940 e de 1950, a Igreja Católica, por meio da Arquidiocese, do clero, dos maristas e do laicato católico, participou ativamente do processo de criação da Universidade do Paraná e da Universidade Católica do Paraná.

No último item debatemos as lutas intelectuais e políticas dos católicos contra espíritas, protestantes, positivistas e comunistas/marxistas. Os três primeiros grupos representam os velhos adversários da Igreja Católica. Os marxistas constituíram-se nos principais inimigos do catolicismo romano, na década de 1950. Desse modo, as intervenções da elite intelectual católica paranaense privilegiaram a Universidade Católica como lócus por excelência de divulgação do pensamento católico e de combate ao laicismo e ao marxismo.

Referências

ANUÁRIO HUMANITAS. Universidade Católica do Paraná. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Curitiba (1962-1969).

BEOZZO, J. O. A igreja entre a revolução de 1930, o estado novo e a redemocratização. In: FAUSTO, B. (Org.). *O Brasil republicano*. São Paulo: DIFEL, 1984. Tomo III. p. 271-341.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 318p.

CAMPOS, N. de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)*. Curitiba: Editora da UFPR, 2008, 258p.

_____. Intelectuais católicos e a educação no Paraná nas décadas de 1920 e 1930. In: VIEIRA, C. E. (Org.). *Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)*. Curitiba: UFPR, 2007, p. 175-190.

CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, 169p.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2003, 352p.

COELHO, S. A. Democracia cristã e populismo: um marco histórico comparativo entre Brasil e Chile. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 15, p. 67-82, nov. 2000.

DIAS, R. B. Da esquerda católica à esquerda revolucionária: a ação popular na história do catolicismo. *Revista Brasileira de História das religiões*, Maringá, n. 1, p. 166-195, maio 2008.

_____. Elementos para uma história da ação popular no Paraná. *Revista Regional de História*, Ponta Grossa, n. 2, p. 61-91, 1999.

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE CURITIBA. *Ata da sessão de fundação da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba realizada no dia 05 ago. 1950*. Livro 1, p. 1-2.

FÁVERO, M. de L. de A. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: UFRJ/INEP, 2000. v. 1, 188p.

FERRARINI, S. *Alicerces da Pontifícia Universidade Católica do Paraná*. Curitiba: EDUCA, 1999.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, 240p.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2, 336p.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 3, 434p.

MICELI, S. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1974, 184p.

_____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia. das Letras, 2001, 440p.

PIERUCCI, A. F. de O.; SOUZA, B. M. de; CAMARGO, C. P. F. de. Igreja católica: 1945-1970. In: FAUSTO, B. (Org.). *O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1984. Tomo III. p. 342-380.

PINHEIRO FILHO, F. A. A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 1, p.33-49, jun. 2007.

RAMBO, A. B. Restauração católica no sul do Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 279-304, 2002.

REVISTA DO CÍRCULO de Estudos Bandeirantes. Curitiba, 1934-1954.

REVISTA HUMANITAS. Revista da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba. Curitiba, 1956-1960.

SÁ MOTTA, R. P. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002, 297p.

SALES, J. R. O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 35, p. 275-303, 2001.

SALEM T. Do Centro Dom Vital a universidade católica. In: Schwartzman, Simon (Org.). *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982. p. 97-134.

SOCIEDADE PARANAENSE DE CULTURA. *Ata da sessão de fundação da Sociedade Paranaense de Cultura realizada no dia 31 dez. 1950*. Livro 1, p. 1-3.

SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, 172p.

XAVIER, L. N. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 5, p. 233-252, jan./jul. 2003.

*Recebido em agosto de 2009
Aprovado em novembro de 2009*